



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Mensagem nº 14, de 17 de junho de 2.021.

Senhora Presidente da Câmara Municipal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do §1º do art. 66 da Constituição da República e do inciso II do art. 78, c/c o inciso VI do art. 87, ambos da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho, decidi vetar a Proposição de Lei nº 42/2021.

A Proposição de Lei nº 42/2011 é inconstitucional por ferir o princípio da separação dos poderes disposto no art. 2º da Constituição Federal de 1988, bem como contraria o interesse público.

Das razões do veto:

A Proposição de Lei deve ser vetada por razão de inconstitucionalidade e por contrariar o interesse público. É inconstitucional pelo seguinte motivo:

A Proposição de Lei nº 42/2021 instituiu “*Programa de Incentivo à Implantação de hortas comunitárias e compostagem no Município de Bom Despacho*”, impondo, desta feita, atribuições ao Poder Executivo Municipal.

Referida proposição, de iniciativa parlamentar, é verticalmente incompatível com a Carta Magna Brasileira por violar o princípio constitucional da separação de poderes, norteador do poder discricionário da administração pública, previsto no art. 2º, que dispõe o seguinte:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Conforme demonstra a Constituição Federal, a lei maior do ordenamento jurídico brasileiro enumera o sistema tripartido de poderes, no qual o Estado é dotado de poderes políticos exercidos pelo Poder Legislativo, Poder Executivo e Poder Judiciário no desempenho de suas funções constitucionais, e de poderes administrativos que surgem secundariamente com atos da Administração Pública e se efetivam de acordo com as exigências do serviço público e com os interesses da coletividade, não deixando que o interesse particular se sobreponha.

Portanto, é para assegurar o bem estar geral que o poder discricionário foi conferido ao administrador público, tipicamente exercido pelo Poder Executivo, pois, assim, a lei concede parcela de liberdade aos representantes dos entes públicos para criar medidas, soluções e políticas públicas para satisfazer o interesse público.

Portanto, cabe exclusivamente ao Poder Executivo a criação ou instituição de programas em benefício da população e serviços nas diversas áreas de gestão, envolvendo os órgãos da Administração Pública Municipal e a própria população.

Assim, quando o Poder Legislativo do Município de Bom Despacho edita lei que institui novo programa de governo, disciplinando-o parcialmente, como ocorre na Proposição de Lei nº 42/2021, invade a esfera administrativa, que é própria da atividade do Poder Executivo Municipal, bem como ceifa a discricionariedade do agente político municipal, violando, assim, o princípio da separação de poderes.

Isso, porque, o Poder Legislativo Municipal não se limitou à instituição do programa, ao revés, atribuiu finalidades às áreas públicas de Bom Despacho, concede benefícios a particulares, bem como impôs obrigações ao Poder Executivo, tais como a atribuição de executá-lo e

